

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**JAMBALÁIA:**  
**NO RASTRO DA OCUPAÇÃO QUE JÁ NÃO É MAIS**

**ANDREW HENRIQUE DA SILVA MAFRA**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**JAMBALAIA:  
NO RASTRO DA OCUPAÇÃO QUE JÁ NÃO É MAIS**

**ANDREW HENRIQUE DA SILVA MAFRA**

Sob a Orientação da Professora  
**Dra. Marisol Valencia Orrego**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.  
Novembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M187j Mafra, Andrew Henrique da Silva, 1995-  
Jambalaia: no rastro da ocupação que já não é mais  
/ Andrew Henrique da Silva Mafra. - Seropédica, 2023.  
51 f.

Orientadora: Marisol Valencia Orrego. Trabalho  
de conclusão de curso (Graduação). -- Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

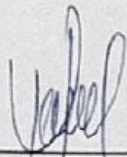
1. Habitação. 2. Ocupação. 3. Moradia. 4. Campo  
Grande. 5. Cidade. I. Orrego, Marisol Valencia, 1977  
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Serviço Social III. Título.

Andrew Henrique da Silva Mafra

## JAMBALAIA: NO RASTRO DA OCUPAÇÃO QUE JÁ NÃO É MAIS

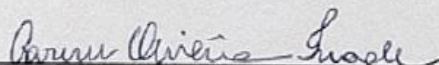
Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 13 de Novembro de 2023.



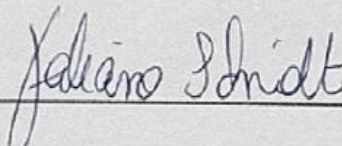
---

Prof. Dra. Marisol Valencia Orrego  
Orientadora - presidenta (DEDH/UFRRJ)



---

Prof. Dra. Carmen Oliveira Frade  
Membro interno - DEDH/UFRRJ



---

Prof. Dra. Fabiana Schmidt  
Membro interno - DEDH/UFRRJ

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente ao suporte e carinho que recebi do meu pai e de minha mãe ao longo destes (muitos) anos de graduação. Sem vocês nada disso seria possível, a saudade de vocês é grande e em breve os verei em nossa cidade natal.

Também agradeço aos amigos que fiz durante a graduação, à todos que conheci nos anos como morador do alojamento da Universidade, aos colegas do Serviço Social, em especial meus companheiros de 2016, os quais tenho muito carinho até hoje.

Às professoras que foram as melhores que poderia ter, especialmente à minha orientadora Marisol, que é parte vital para minha permanência no curso até o final, pois, mesmo sem saber, reacendeu o meu amor e interesse pela profissão desde as aulas de fundamentos que tornaram o isolamento social menos tedioso.

Aos membros da banca que aceitaram participar desta defesa, a professora Carmen que me ensinou as políticas públicas debatidas neste trabalho (e muitas outras) aguçando meu interesse pela questão habitacional, a professora Fabiana, colorada assim como eu, que desempenhou papel essencial para que pudesse conseguir o campo de estágio num local próximo da minha residência, que foi de suma importância para meu processo de formação. Vocês desempenharam um papel importantíssimo no meu processo de construção profissional, serei eternamente grato.

À professora Adriana e a minha amiga Jeniffer, companheiras de pesquisa, obrigado pelas memórias e saberes compartilhados, nossas visitas e reuniões semanais foram a melhor parte da graduação.

Aos meus cachorros Caco e Bóris que me acompanharam ao longo destes anos, nas noites viradas imersas nos estudos até as aulas remotas durante o período da pandemia.

Por fim, minhas melhores amigas: Lorena, Marina e Patrícia, que foram companheiras em inúmeros almoços, festas, passeios e aventuras, tornando a vida de universitário mais divertida e doce. À vocês três, meu amor e admiração para todo sempre.

*Tudo bem que a gente é pobre, isso e aquilo, mas a gente merece ser feliz. Se prometeu, tem que ser dado, não é chegar, ganhar voto e virar as costas, deixar a gente por aí, a gente não é bicho.*

**Eduardo de Oliveira Sodré**

## RESUMO

Esta pesquisa de monografia tem como objetivo analisar os percalços causados pela precarização do acesso à moradia, bem como a motivação por trás da formação de ocupações, em especial, para esta pesquisa, o extinto conjunto de prédios Jambalaia, que era localizado em Campo Grande, entre a Avenida Manoel Caldeira de Alvarenga e a Rua Valdemar Medrado Dias.

Numa primeira parte será abordado as dinâmicas de cerceamento de direitos geradas pelo Capital, que impedem o acesso da classe trabalhadora à cidade, bem como a capacidade de obtenção de uma moradia digna.

Num segundo momento, a pesquisa buscará discorrer sobre a vida dos moradores no período em que residiam no conjunto de prédios, e o que ocorreu após a saída do mesmo, demonstrando sua vivência como um modo de adaptação ao modo capitalista vigente em nossa sociedade.

Dito isso, é intenção desta pesquisa abordar o tema da precarização do acesso à moradia no Brasil e compreender os fatores prévios à ocupação, que levaram a formação de modelos de moradia alternativa, bem como, discorrer a respeito da colaboração entre Estado e Capital, em detrimento da classe trabalhadora.

**Palavras chave:** Ocupação, Jambalaia, Moradia, Campo Grande, Zona Oeste.

## **ABSTRACT**

This monograph aims to analyze the problems caused by precarious access to housing, as well as the motivation behind the formation of occupations, in particular, for this research, the defunct Jambalaia building complex, which was located in Campo Grande, between Avenida Manoel Caldeira de Alvarenga and Rua Valdemar Medrado Dias.

The first part will look at the dynamics of the curtailment of rights generated by capital, which prevent the working class from accessing the city, as well as their ability to obtain decent housing.

Secondly, the research will look at the lives of the residents during the period when they lived in the building complex, and what happened after they left, demonstrating their experience as a way of adapting to the capitalist mode in force in our society.

That said, the aim of this research is to address the issue of precarious access to housing in Brazil and to understand the factors prior to the occupation that led to the formation of alternative housing models, as well as to discuss the collaboration between the state and capital, to the detriment of the working class.

**Key words:** Occupation, Jambalaia, Housing, Campo Grande, West Zone.



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**BNH** - Banco Nacional de Habitação

**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social

**COMLURB** - Companhia Municipal de Limpeza Urbana

**CPI** - Comissão Parlamentar de Inquérito

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

**IAPS** - Institutos de Aposentadoria e Pensões

**MPRJ** - Ministério Público do Rio de Janeiro

**MTST** - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

**PEU** - Projeto de Estruturação Urbana

**PHB** - Política Habitacional Brasileira

**PNH** - Política Nacional de Habitação

**PMCMV** - Programa Minha Casa Minha Vida

**SBPE** - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - DOS AGLOMERADOS HUMANOS ÀS CIDADES CAPITALISTAS</b>	<b>15</b>
1.1. Modelo capitalista de habitação.....	16
1.2. Formação dos centros urbanos no Brasil.....	20
1.3. Políticas públicas voltadas à habitação no Brasil.....	24
<b>CAPÍTULO 2 - MORADIA ALTERNATIVA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA AO MODELO CAPITALISTA.....</b>	<b>30</b>
2.1. A particularidade de Campo Grande.....	32
2.2. O Jambalaia.....	35
2.3. Implosão e ausência do Estado.....	39
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

A temática da precarização do acesso à moradia sempre foi um tema muito caro ao longo da graduação, sempre procurei disciplinas optativas que pudessem aprofundar ainda mais no assunto, agora, neste trabalho, me senti inclinado a tratar deste tema de maneira mais específica, analisando a ocupação Jambalaia.

O Jambalaia era um conjunto de prédios, que foi demolido em 2018, localizado em Campo Grande-RJ, não se sabe a motivação para o nome da ocupação, porém, a palavra Jambalaia, em inglês Jambalaya, dá o nome para um prato típico de Nova Orleans, nos Estados Unidos, é uma combinação saborosa e colorida de diversos ingredientes e temperos, tendo como base o arroz com especiarias que ganha pedaços de linguiça, camarão, aromáticos e ervas frescas. Possui influência da cultura africana, com técnicas da culinária francesa, sendo um derivado do arroz Jollof (Chermoula, 2020).

O pequeno apartamento onde passei a minha infância, era algumas ruas antes do local da ocupação, as estruturas dos imóveis eram semelhantes, porém, estes conjuntos de prédios surgiram em contextos diferentes. Quando criança, sentia medo da ocupação, devido às condições do local e dos habitantes, que viviam em meio a sujeira e animais. Ao ficar um pouco mais velho, minha interpretação mudou e comecei a sentir pena daquelas pessoas que viviam numa situação de vulnerabilidade, visto que, ao olhar para eles, só enxergava a pobreza. Ao ingressar na Universidade e iniciar meus estudos no curso de graduação em Serviço Social, pude ver que aquela habitação era uma forma de resistência, uma forma de lutar contra o capitalismo excludente que outrora teria jogado aquelas pessoas nas ruas, deixando-as à própria sorte.

Considero esta temática importante, pois, o modo capitalista de vida que está entranhado em todas as relações humanas na sociedade atual, fere o direito à moradia de indivíduos, transformando o básico em mercadoria (Harvey, 1990). Tendo a profissão de Assistente Social um vínculo com a garantia de direitos sociais, reitero que a moradia de qualidade é um destes, que devem ser universais, como podemos ver na Constituição Federal de 1988, em seu Título II, Capítulo II, Artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC nº 26/2000, EC nº 64/2010 e EC no 90/2015) (BRASIL, 2016, p. 18).

O conceito habitação de qualidade retratado aqui refere-se a não apenas um teto acima da cabeça dos indivíduos, e sim, a uma concepção maior, como acesso à cidade, residências com saneamento básico, energia elétrica e etc (Pasternak, 2016). À/ao Assistente Social cabe a intervenção na realidade social, como modo de garantir este direito básico, visto que, o modo capitalista de pensar a cidade é também um reflexo da “questão social”<sup>1</sup>.

Seguindo tendências impostas pelo modelo econômico supracitado, a Política habitacional no Brasil também teve um processo de construção excludente, visto que, a organização urbana foi pensada de modo a atender as necessidades do Capital e potencializando as relações de mercado.

Nos primórdios do modelo de produção brasileiro agrário-exportador, alterações no plano urbano foram realizadas para melhorar a escoação de produtos, posteriormente, no modo de produção urbano-industrial houve a implementação de parques industriais, que gerou uma demanda por moradias nos grandes centros urbanos.

Esta industrialização gerada pelas políticas estatais na Era Vargas, aliado à falta de respostas efetivas para a questão habitacional resultaram numa demanda por moradia à força de trabalho das recém criadas indústrias, que para o setor privado se converteu em oportunidades para exploração da classe trabalhadora. De acordo com Botas, 2013:

Este processo clássico de formação da cidade industrial no capitalismo originário encontra, nas especificidades do capitalismo periférico, os defeitos que impedirão que ambos os setores, Estado e iniciativa privada, encontrem sua demanda natural. (pág. 4)

Neste contexto, a informalidade surge como forma de resistência a essa dinâmica habitacional imposta pelo Estado e setor privado. Configurações de habitação como as ditas “invasões”, ocupações e favelizações são, deste modo, formas de lutar contra a opressão capitalista de pensar a ocupação do espaço urbano. Ou seja, por conta desta supracitada forma capitalista de pensar o espaço urbano, muitos indivíduos têm o direito à moradia cerceado, necessitando recorrer a formas não convencionais e até mesmo inseguras de habitação, para que não precisem permanecer nas ruas.

---

<sup>1</sup> O termo “Questão Social” está entre parênteses devido a sua origem conservadora, outrora utilizada para descrever as ameaças trazidas pela luta de classes à ordem em vigor. Como visto em Iamamoto, 2001 e Netto 2001.

Sendo assim, é objetivo central deste trabalho analisar os fatores que levam a formação de ocupações e outras formas irregulares de moradia, com foco especial no Jambalaia. Para tal, foi realizado um resgate da origem dos primeiros centros urbanos, depois demonstrada a tendenciosa atuação Estatal em conjunto do Capital, terminando com exemplos de como essa dinâmica marcou Campo Grande, resultando na formação e demolição do conjunto de prédios Jambalaia.

Para realizar este objetivo, foi feita pesquisa bibliográfica em diversas fontes. Utilizo a definição de pesquisa bibliográfica de Treinta, et. al:

[...] o estudo bibliométrico busca identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele. Parte do princípio de que, ao iniciar-se uma nova pesquisa acadêmica, tudo o que está sendo discutido, publicado e gerado de conhecimento nessa linha de pesquisa deve ser mapeado para a construção do conhecimento a ela relacionado (Treinta; Filho; Sant'anna; Rabelo, 2014, p. 509).

Foram angariadas informações teóricas em artigos e livros acadêmicos a respeito da questão habitacional, também em veículos jornalísticos, e no documentário *Jambalaia* de Bruno Moreira (2021)<sup>2</sup>, com intuito de colher os relatos dos moradores, para obter a visão destas pessoas a respeito das suas vidas durante e depois da ocupação.

Partindo deste caráter, reitero que a produção será realizada a partir de trabalhos, livros, artigos e documentos prontos, sem repetir as idéias dos seus autores, outrossim, apoiando-me em seu trabalho para realizar uma análise do Jambalaia, objeto da pesquisa em questão. Sendo assim, corroborando com Severino (2007) ao afirmar que esta pesquisa se realizará:

[...] decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (p. 122).

Também será realizado o estudo de caso, o qual entende-se como um método que possibilita ao pesquisador lidar com uma ampla variedade de evidências, provenientes de análise documental, visitas de campo, entrevistas e observação participativa (Yin, 2005). A utilização deste método se deve a ligação do pesquisador com o cerne desta pesquisa, a ocupação do Jambalaia, e mesmo que não tenha ido

---

<sup>2</sup> Esta referência será vital para o meu diálogo com os moradores da antiga ocupação, visto que, o documentário coleta diversos depoimentos dos mesmos nos períodos que antecedem e precedem a imploração do Jambalaia.

à campo para realizar as entrevistas, foi procurado meios para colher o depoimento dos moradores, para que estes contassem a suas vivências.

Gostaria de salientar que não é o intuito deste trabalho dar finalidade à toda discussão sobre as desigualdades sociais presentes na nossa sociedade, nem julgo que isto seja possível, logo, foi abordado apenas as características relativas à habitação dos períodos históricos tratados.

No primeiro capítulo, será realizada uma análise do período que antecede a Ocupação Jambalaia, a gênese das formas de habitação. Serão abordados os processos de formação de aglomerados humanos, depois, a mercantilização do direito à moradia e as formações dos grandes centros urbanos, bem como, o modo excludente que deu início à urbanização no Brasil, passando pelo desenvolvimento tendencioso das Políticas de habitação no país.

O segundo capítulo, irá tratar a respeito dos modos de habitação irregulares que surgem em resposta a dinâmica exposta no primeiro capítulo, após, será demonstrado exemplos da influência da mesma dinâmica na formação de Campo Grande, seguido de relatos sobre a vida dos moradores no período que viviam no Jambalaia, a falta de ação do Estado e o impacto que a ausência da ocupação teve nas vidas dos antigos moradores.

## CAPÍTULO 1 - DOS AGLOMERADOS HUMANOS ÀS CIDADES CAPITALISTAS

Os aglomerados humanos datam de períodos pré-capitalistas e surgem num contexto de conveniência para as populações antigas, escolhidos por meio da seletividade (Moreira, 2009), principalmente, voltados a encontrar meios de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Entretanto, as primeiras expressões de aglomerações humanas, não possuíam complexidade, embate e desigualdades sociais semelhantes às presentes nas grandes metrópoles da sociedade atual. Ainda sim, para entendermos a complexidade dos modelos atuais, as cidades capitalistas, é necessário analisar a sua gênese, como afirma Lewis Mumford:

Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura (p. 11, 2004).

Sendo assim, a grande diferença destes conglomerados populacionais, de acordo com Sposito (1988), se encontra:

Na sua configuração, a aldeia já possuía muitas das características que depois iriam marcar as cidades, pois não é o tamanho do aglomerado ou o número de casas que permite distinguir a cidade da aldeia. Estruturalmente, a aldeia tem um nível de complexidade ainda elementar, uma vez que nela não há quase divisão de trabalho, a não ser entre o trabalho feminino e masculino, ou determinado pelas possibilidades e limites da idade e da força (p. 9).

Na idade média, com a ascensão da figura da burguesia se deu a mudança do caráter de troca realizado no comércio regular, ou seja, as pessoas deixaram de realizar trocas comuns, de dinheiro/mercadoria por uma nova mercadoria de valor de uso distinta; Os indivíduos começaram a utilizar o dinheiro para comprar mercadorias, revendê-las por preços maiores e assim adquirir mais dinheiro, obtendo lucro. De acordo com Sposito (1988):

É importante entender esta mudança porque foi com base nela que a circulação foi transformada. Antes o objetivo era obter as mercadorias necessárias — (valores de uso) —, enquanto no segundo caso o fim da circulação era o dinheiro; assim a mercadoria passava a valer enquanto valor de troca (no qual estava também embutido o seu valor de uso). Karl Marx em sua obra O Capital afirma que o dinheiro que circulava desta maneira, tornava-se capital. Portanto, aqueles que dele se beneficiavam desde o fim do período medieval — a burguesia — eram os capitalistas, e nesta primeira fase do desenvolvimento do novo modo de produção ocorreu a acumulação primitiva do capital (p. 36).

Neste contexto, os burgos eram o palco destas mudanças, o lar dessa riqueza acumulada. Então, esta aglomeração humana passou a receber um novo sentido, tornando-se um pólo comercial e de poder burguês, que posteriormente viriam a se tornar os capitalistas e, conseqüentemente, os burgos se tornaram as cidades.

Entretanto, a cidade têm diferentes finalidades para as diferentes classes que a ocupam, de acordo com Maricato (2015, p. 23), a classe trabalhadora ocupa as cidades em busca de um valor de uso “Ela quer moradia, serviços públicos, mais baratos e de mais qualidade”, enquanto a classe dominante busca o valor de troca, utilizando da cidade para angariar renda, atribuindo valores e normas a terrenos e construções.

Logo, a partir do momento em que a cidade adere ao modelo capitalista, percebe-se que o valor de troca passou a se sobrepor ao valor de uso, fazendo da cidade um potencializador deste modelo econômico, antes de ser um local que oferece uma vida de qualidade a todos. Além do mais, é também na cidade onde se encontram recursos explorados pelo Capital, como a força de trabalho e o meio ambiente, gerando neste processo inúmeras expressões da questão urbana e questão ambiental (Guimarães, 2013).

### **1.1. Modelo capitalista de habitação**

A Cidade capitalista se torna um símbolo do poder da classe dominante, uma ode à exploração de classes inerentes ao sistema em questão, desde o momento em que esta se tornou um centro comercial, potencializando o comércio entre indivíduos, a criação de novas demandas, desenvolvendo novos produtos e aumento a velocidade de consumo (Harvey, 2005).

Para começarmos a entender o modelo moderno capitalista da cidade, é necessário compreender a relação rural x urbano. Para pensar o urbano, se faz necessário pensar o campo. Essa própria divisão entre modos de vida, ou modos de habitação, se dá por uma relação de dependência, visto que, para existir um aglomerado populacional urbano, desempenhando funções diversas, é necessário a existência do campo<sup>3</sup>, vendendo o seu excedente de produção para esta outra

---

<sup>3</sup> Apesar da existência de outras formas de produção alimentícia presentes no meio urbano, faço essa afirmação com base no Censo Agro realizado pelo IBGE, cerca de 70% da produção que chega às mesas dos brasileiros é de origem da agricultura familiar (IBGE, 2017).



parcela supracitada. O campo, por sua vez, utiliza o dinheiro adquirido com a venda de sua produção para garantir produtos urbanos, sendo assim, há uma exploração também marcada pelo meio que os indivíduos vivem. A cidade nos moldes capitalistas assume uma função semelhante à dos capitalistas em relação à classe trabalhadora, se apropriando do trabalho do campo para seu crescimento e sobrevivência.

Na Europa, durante a revolução industrial, percebemos o aumento populacional de grandes cidades (Paris, Londres entre outras) motivados pela industrialização massiva que ocorria neste período. Esta migração resultou num aumento de demanda por serviços e direitos básicos que estas cidades não podiam - e não precisavam - atender, deixando trabalhadores à mercê da própria sorte. Entretanto, é errôneo realizar um paralelismo entre causa e motivo, visto que atribuir o surgimento dessas expressões da “questão social” à imigração de trabalhadores para os centros urbanos, é uma falácia do Capitalismo, culpabilizando a população pelo seu próprio empobrecimento e conseqüentemente dos centros urbanos, visto que, de acordo com Milton Santos (2009):

Esquece-se que, em outras fases da história, o crescimento demográfico foi contemporâneo do crescimento econômico, tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos (p. 25).

Ou seja, no capitalismo há pobreza pois este modelo econômico precisa desta pobreza para sua prosperidade, logo essa relação causa e motivo é tendenciosa. Essa característica é semelhante a de escassez de moradia, visto que, esta desigualdade manifestada pelo capitalismo é enxergada necessária, já que é atrelada à expansão do exército industrial de reserva. De acordo com Maria Ozanira da Silva e Silva (1989):

A escassez de moradia é percebida como manifestação da desigualdade implantada pelo capitalismo enquanto sistema de produção. É um fenômeno que cresce paralelamente ao exército industrial de reserva, sendo ambos benéficos para o processo de acumulação, na medida em que o capitalismo cria, como condição necessária a sua expansão, a existência de uma classe que não tenha outra coisa para vender a não ser sua força de trabalho (p. 30).

Sendo assim, a escassez de moradia e as próprias formas alternativas de moradia são essenciais para acumulação de trabalhadores, transformando-os em exército industrial de reserva. Segundo Marx (2013):

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente

excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua (p. 462).

Logo, o caráter excessivo do Capital, também se aplica aos trabalhadores, que assim, também se tornam descartáveis neste modelo econômico. Ainda segundo o autor, o intuito desta ação, é valorizar o Capital e subjugar a classe trabalhadora à aceitar condições de trabalho inferiores e subtração de direitos, visto que, sempre haverá outro disposto a ocupar sua vaga. Isto é um instrumento do Capital para, também, enfraquecer greves e outros modos de mobilização e união da classe trabalhadora.

Quanto ao Estado, este age como um guardião do processo de acumulação, logo, não têm inclinação a resolver os problemas sociais que aflige a população, mas beneficiam o modelo econômico. Essa falta de atuação do Estado deixa para a própria classe trabalhadora a tarefa de construir suas casas e conseqüentemente seus bairros, geralmente localizados na periferia dos grandes centros urbanos (Maricato, 2015).

Com o processo da revolução industrial, o capitalismo mudou de suas características, bem como mudou a sociedade. Ainda priorizando o lucro e sua auto-reprodução, este modelo econômico passou de suas características bancárias para industrial (Castells, 1983). Esta alteração, gerou também mudança na gênese da cidade, o espaço em si agora era mercadoria: moradias, indústrias, estradas, tudo se tornou de interesse do Capital, ditando, pela divisão social do trabalho e conseqüentemente pelas classes sociais, os espaços que os indivíduos ocupariam ou não-ocupariam na cidade. A industrialização em massa, gerou uma concentração populacional excessiva, assim como, um esvaziamento do campo, corroborando para uma reprodução acelerada do Capital, de acordo com Hamada (2019): “A característica principal da cidade de concentrar, dá a ela o caráter de lugar da homogeneização da paisagem e dos costumes, do lugar da divisão social do trabalho” (p. 4). Sendo assim, esta concentração possibilita ao Capital aumentar a velocidade de sua reprodução, visto que, o ciclo deste sistema pode se completar com maior rapidez, devido a densidade populacional e proximidade das indústrias à população. Isto, aliado a um planejamento urbano que busca favorecer o escoamento e circulação das mercadorias, tornou a cidade capitalista uma aliada forte do modelo econômico em questão.

Cabe salientar que estas tendências criadas nas metrópoles da Europa se espalharam posteriormente por outros países, ditando as mesmas normas em sociedades do mundo inteiro. Este molde voltado à otimizar a reprodução do Capital, fez com que cidades se tornassem geridas não somente pelo Estado, mas também pelo poder econômico, retirando a antiga característica das aglomerações humanas, na qual, as decisões eram pensadas para o bem estar populacional, onde os avanços significavam aumento da qualidade de vida. Agora, os avanços significam novas formas de potencializar a acumulação capitalista.

Há de se pensar também, os reflexos da comercialização do espaço urbano e como a mesma atinge os habitantes da cidade, para ser mais exato, os pertencentes a classe trabalhadora, não só os nativos, mas também estes que migraram para as cidades em busca de melhores oportunidades. Esta dinâmica forçou trabalhadores a se adaptar à vida urbana, recorrendo a modos alternativos de vida, fora do padrão considerado “normal” pela sociedade, como forma de adaptabilidade, para poder subsistir no modelo econômico que os via apenas como peças excedentes de uma grande estrutura. Uma dessas formas de adaptação se deu justamente na figura das formas de moradia alternativa<sup>4</sup>: as favelas, mocambos, palafitas e ocupações, temática que será abordada mais à frente neste trabalho.

É neste contexto que surge a especulação imobiliária, uma das ferramentas do Capital imobiliário, que busca o aumento de lucro por meio do acúmulo de terras improdutivas e sem utilidade social, as mesmas permanecem paradas até que adquiram um novo valor sem que ocorra um investimento do proprietário, ou mudança no espaço urbano. Essa valorização ocorre por meio de melhorias realizadas ao entorno, seja pelo Estado ou outros proprietários privados. Para Renato Saboya:

[...] o que se chama de “melhoria” de uma localização é o processo através do qual a qualidade da localização de um terreno em relação à disponibilidade de infra-estrutura e a outros terrenos (e portanto a outras atividades e centros de interesse) é aumentada. Dessa forma, os terrenos chamados “de engorda” ficam vazios, à espera de que o desenvolvimento da cidade se encarregue de valorizá-los, sem que nenhum investimento tenha sido feito pelo proprietário (a não ser, é claro, o IPTU, que no entanto é irrisório comparado à valorização da terra). Todo o investimento foi feito pelo Poder Público, principalmente no caso das infra-estruturas, e por outros proprietários privados (2008, web).

---

<sup>4</sup> Entende-se por moradia alternativa às formas de habitação que fogem a lógica capitalista, surgindo como uma alternativa às imposições do modelo econômico, que são prejudiciais à classe trabalhadora.

Ou seja, a especulação imobiliária cria uma grave problemática, principalmente nos grandes centros urbanos, devido a esta retenção de propriedades, que mesmo sem uso social algum, são guardadas como forma de valor. Essas propriedades de “engorda” permanecem paradas esperando uma possível valorização, priorizando o lucro mesmo com altos índices de pessoas em situação de rua, ocupando moradias insalubres e morando longe dos grandes centros urbanos. A mercantilização de direitos básicos, nega o acesso à cidade para a classe trabalhadora, consolidando a mesma como um instrumento de uso Capital para a sua reprodução.

Estes fatores em conjunto, resultam na privação dos trabalhadores aos centros urbanos, tirando destes o direito à cidade, não apenas de acessá-las de modo físico, ou usufruir de seus recursos urbanos, mas como defendido por David Harvey:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (2012, p. 74).

Sendo assim, o direito à moradia, apesar de garantido pela Constituição Federal, em nossa sociedade não é difundido à todos, já que, o modelo capitalista se torna empecilho para que a classe trabalhadora possa acessá-lo, seja pelos altos preços de casas e terrenos, ou pela atuação predatória do capital imobiliário. Logo, para uma liberdade efetiva e correta aplicação deste direito humano, é vital que ocorra a ruptura com o modelo econômico em questão.

## **1.2. Formação dos centros urbanos no Brasil**

Devido à origem colonial do Brasil<sup>5</sup>, o país enfrenta, desde a chegada dos portugueses, modelos de aglomeração humana voltado prioritariamente para atender às necessidades do Mercado. Nas primeiras cidades formadas no país, já foi notório que a intenção do projeto urbano implantado por Portugal era de potencializar a exportação de produtos. De acordo com Silva (1989):

---

<sup>5</sup> Cabe salientar que todas essas terras mencionadas aqui são pertencentes aos povos originários, que foram expulsos de seus lares e tiveram seus corpos escravizados para fazer prosperar o Brasil colônia (Dornelles, 2018).

[...] embora a rede urbana fosse pobre e bastante polarizada, as cidades representavam pólos importantes, por ser nelas onde se localizavam aparelhos que estabeleciam ligações da produção com a circulação de internacional de mercadorias, bem como concentravam os aparelhos de Estado constituindo-se na sede do capital comercial, controlando a produção agroexportadora (p. 22).

Como citado no tópico anterior, as cidades europeias começaram a ditar aspectos a serem seguidos pelas cidades de países dominados. Sendo assim, no caso do Brasil, desde o princípio, as cidades foram engenhadas para otimizar o lucro do Capital, sendo uma ferramenta voltada para aumentar a velocidade da circulação das mercadorias, as quais eram o foco do país lusitano, adquirindo assim características comuns a cidade capitalista, como já citado por Harvey (2005) e Hamada (2019) neste estudo.

No período de capitánias hereditárias, por exemplo, percebe-se também a reprodução da desigualdade social, impactando até os dias atuais às formações urbanas no país. De acordo com Lima (2021):

A referência de ocupação do solo brasileiro foi baseada em configurações da costa, em quatorze capitánias hereditárias em 1530, doadas às famílias nobres, com plenos poderes sob o território. A ordem de ocupação do novo território, definida pela coroa portuguesa, se designava somente para as pessoas livres, brancas e católicas; as que não cabiam nestas condições, mesmo não sendo escravas, não tinham acesso ao direito às terras públicas as quais estavam livres para ocupação e que de acordo com essa ordem, os escravos, negros e índios ficaram de fora da partilha desse bem (p. 42).

Essa concessão de terras realizada de maneira desigual pela coroa portuguesa, na figura das sesmarias, reproduziram essas relações de classe e poder no país, para que a mesma dinâmica social européia viesse se reproduzir aqui. Mesmo que as terras à época não tivessem valor comercial, a posse se tornou o princípio da propriedade fundiária no Brasil, a partir da homologação da Lei de Terras em 1850, de acordo com Ferreira (2005):

A Lei das Terras, de setembro de 1850, transformou-a em mercadoria, nas mãos dos que já detinham "cartas de sesmaria" ou provas de ocupação "pacífica e sem contestação", e da própria Coroa, oficialmente proprietária de todo o território ainda não ocupado, e que a partir de então passava a realizar leilões para sua venda. Ou seja, pode-se considerar que a Lei de Terras representa a implantação da propriedade privada do solo no Brasil. (p. 1)

A partir deste momento histórico, para adquirir terras, estas deveriam ser compradas. Sendo assim, se torna evidente que desde os primórdios do país, a distribuição de terras foi voltada a classes mais privilegiadas, em detrimento dos indivíduos marginalizados da população. A Lei de Terras viabilizou a propagação do

assalariamento, visto que, na mesma época houve a abolição da escravatura, motivada por interesses econômicos ingleses, que resultou numa importação de mão-de-obra de imigrantes europeus, estes que não tinham acesso às terras visto as novas dificuldades impostas pelas Leis de Terras e tiveram de se sujeitar às condições de trabalho impostas pelos latifundiários (Maricato, 1997). Isto dificultou a obtenção de terras para subsistência, instituindo e facilitando a expansão dos grandes latifúndios, demonstrando uma colaboração entre o Estado e o Capital. A abolição da escravatura também mudou o “Capital” dos poderosos à época, antes a lógica era de quanto mais escravos, mais poder, após a abolição, as terras passaram a ser este “medidor” de riqueza. De acordo com Ferreira (2005):

A abundância de terras, a dificuldade para ocupá-las e a condição colocada para sua concessão de que elas se tornassem produtivas, tornavam a posse de escravos mais importante do que a da terra em si. Em suma, a riqueza dos poderosos era medida pelos seus escravos, que serviam o que não era o caso da terra, antes de 1850 – até como objeto de hipoteca para a obtenção de empréstimos (p. 3).

Ainda segundo Maricato (1997) a Lei de Terras demorou para ser homologada para que todos os latifundiários pudessem assegurar a posse de suas terras, e outras mais que tivessem interesse de adquirir. Toda mudança na política de regulamentação do acesso à terra, buscava tanto nas cidades como no campo, não alterar a absoluta hegemonia das elites. Logo, além da manutenção de privilégios, este incentivo aos latifundiários era realizado para potencializar a economia do país, visto que, mesmo após o rompimento da relação colonial com Portugal, o Brasil ainda possuía uma economia majoritariamente agroexportadora.

Todos estes privilégios garantidos às classes dominantes, deixaram de fora os povos originários, pessoas escravizadas e membros marginalizados da sociedade, logo, essa desigualdade de direitos no berço da nossa sociedade gera inúmeros problemas até os dias atuais, visto que, muitas das pessoas pertencentes a estes grupos citados vieram a ocupar periferias e formas de moradia alternativa.

Com o início do processo de mineração no país, outro fenômeno habitacional surgiu, segundo Nestor Filho, deu origem às vilas operárias:

A nova atividade econômica promoveu a ocupação dos territórios do interior, muito além da linha de Tordesilhas. E promoveu a criação de um grande número de vilas, nas regiões mais distantes do litoral. As regiões de mineração tinham índices elevados de urbanização e tinham vida urbana intensa. Esse mercado interno dinamizava diversas outras regiões, impulsionando também a vida urbana junto aos principais portos, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Belém (2000, p. 373).

Sendo assim, a criação dessas vilas operárias se deu única e exclusivamente por conta de demandas do Capital, bem como os meios de transporte e ligação entre as cidades e os portos de diversas regiões. Essas iniciativas de moradias, estradas e mobilidade não se davam pensando na população. O desenvolvimento da infraestrutura nesses locais (e conseqüente melhoria da qualidade de vida) era apenas um reflexo das atitudes voltadas a potencializar o lucro do Capital.

Posteriormente, com o início do processo de industrialização no Brasil na década de 1930, tivemos uma nova expressão da adaptação do meio social aos interesses do Capital, devido a implementação de diversos parques industriais que despejaram e expulsaram pessoas de suas moradias, enquanto atraíam outros indivíduos que buscavam emprego à cidades que não estavam preparadas para lidar com esse crescimento populacional instantâneo. De acordo com Botega (2008), a respeito da mudança do caráter desenvolvimentista do país, na passagem do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial.

Esta passagem ocorre sem uma ruptura de modelos, ou seja, o modelo urbano-industrial se constitui como modelo hegemônico sem alterar as estruturas originárias do modelo anterior, mantendo uma estrutura agrária baseada no latifúndio e na concentração de renda, fator que será determinante no fenômeno do êxodo rural que irá acompanhar a urbanização brasileira (p. 2).

Outra problemática deste período foi o investimento do Estado prioritariamente para viabilizar a instalação destas indústrias, tirando a população e programas sociais da pauta governamental. De acordo com Mancini (2008):

Nessa época, os investimentos do Estado direcionam-se para a criação de infra-estrutura para esse novo empresariado e, além disso, diminui-se, ainda mais, os gastos com as classes de menor renda. Aumenta-se também a exploração da força de trabalho e intensifica-se a especulação imobiliária como forma de acumulação de capital, o que agrava o problema urbano para a classe trabalhadora, pois o acesso ao solo urbano infra-estruturado é condição primordial para o acesso à vida digna (p. 37).

Ainda no contexto da revolução industrial de 1930, tivemos nos centros urbanos, devido ao crescimento populacional exponencial, a criação de demandas populares por moradia, alimentação, segurança e emprego. Estas questões geraram um embate com as demandas do Capital, que visavam gerar novas formas de potencializar o lucro. Este embate transformou as cidades capitalistas brasileiras num palco para a luta de classes, onde diferentes projetos societários disputam pela sua emancipação.

Foi também nesse mesmo período histórico que intensificou a atuação do Capitalismo imobiliário, responsável por limitar o acesso da população mais pobre à cidade, visto que, esta se torna exclusiva aos mais privilegiados, bem como, as indústrias e suas formas de escoar mercadoria. Para os trabalhadores o acesso a esses espaços era apenas para produzir.

### **1.3. Políticas públicas voltadas à habitação no Brasil**

Ao longo do curso de atuação do Estado sobre a problemática da precarização do acesso à moradia, foi perceptível que em diversos momentos, as políticas públicas e ações intervencionistas adotadas sempre tiveram o viés escuso de atender demandas capitalistas em detrimento das apresentadas pela população. Neste tópico irei discorrer a respeito dessa contribuição entre o Estado e o Capital por meio das suas ações, abordando apenas os principais exemplos dessa dinâmica ao longo da história brasileira.

Gostaria de salientar que, as políticas públicas não são criadas exclusivamente para atender o Capital, visto que, movimentos sociais e a luta popular impactam e fazem diferença na tomada de decisões, entretanto, para este tópico, serão abordadas ações voltadas a cercear o direito da classe trabalhadora à cidade e moradia de qualidade, ao mesmo tempo em que atendem os interesses do Capital.

De acordo com Mancini (2008), as primeiras ações do Estado voltadas à questão urbana a partir do viés econômico foram no início do século XX, tomadas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo que anteriormente, as adaptações urbanas realizadas para potencializar o modo agrário-exportador de produção tenham gerado consequências na sociedade, estas em nada se comparam as medidas adotadas após a mudança para o modelo urbano-industrial, bem como as suas consequências. Essas ações em Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, tinham intuito de realizar uma “modernização” nas cidades, seguindo o modelo europeu, para atrair investimentos às mesmas, escondendo dos olhos vistos o que pudesse ser interpretado como um atraso urbano<sup>6</sup>. De acordo com Maria Ozanira de Silva e Silva (1989):

---

<sup>6</sup> Caso semelhante às obras higienistas realizadas na linha vermelha para os jogos olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, com intuito de esconder a favela da Maré (Ferreira, 2016).



No Brasil, as primeiras medidas de política habitacional se expressam pela proibição, em São Paulo e Rio de Janeiro, através de leis municipais de reparo e uso de cortiços; demolição das habitações insalubres; remoção dos habitantes de cortiços; proibição da construção de casas para operários na zona do comércio; e incentivo para construção de vilas operárias fora do perímetro urbano (p. 181).

Isto, gerou no país, uma divisão territorial, separando o centro da periferia, que segundo Botega (2008), revelou pela primeira vez no país a “face fragmentária” da cidade Capitalista.

Ainda durante o Governo de Epitácio Pessoa, em 1920, começaram a surgir ações embrionárias de políticas voltadas à habitação, como por exemplo o decreto 4.029, que garantia:

[...]a ação direta do poder público no setor da moradia para os trabalhadores. No ano seguinte o decreto 14.813 regulamenta a ação de terceiros e ainda o decreto 15.068 institui a Sociedade Anônima “A Popular” beneficiando-a com os incentivos autorizados pelos decretos anteriores (Botas, 2013, p. 4).

Entretanto, devido à falta de eficácia do Estado com esta política, o setor privado começa a explorar e se apropriar do salário dos trabalhadores por uma nova instância: os aluguéis de imóveis. Sendo assim, o trabalhador migrava para a cidade, se conseguisse emprego, dedicaria parte do seu salário para arcar com gastos de habitação, que deveriam ser assegurados por direito, deste modo gerando lucro ao Capital industrial por meio de seu trabalho e ao Imobiliário pelo arrendamento. Essa dualidade da ineficácia do Estado e a comercialização do espaço pelo setor privado foi um dos fatores que levou a origem da informalidade no espaço urbano.

Posteriormente, no ano de 1923, por meio do decreto nº 4.682, no governo de Arthur Bernardes, a Lei Eloi Chaves considerada um marco no meio previdenciário regulamentou a criação Caixas de Aposentadoria e Pensões criadas para cada uma das empresas ferroviárias, que gerou na regulamentação de uma série de direitos exclusivos aos trabalhadores e suas famílias, dentre estes estava a construção de unidades de habitação, corroborando mais uma vez com o Capital, devido a característica seletiva desta ação.

Por volta de 1930, a partir da criação do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, o orçamento da Previdência Social teve seu controle modificado, passando das respectivas empresas para a figura centralizada do Estado, através

da criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS) por setor funcional. De acordo com Botas (2013):

Os Institutos assim como as Caixas tinham o objetivo de assegurar aposentadoria e pensões para os seus beneficiários e secundariamente assistência médica e a oferta de moradia através da construção de conjuntos habitacionais. A produção de moradia pelas agências de previdência social foi regulamentada em 1937 por meio das Carteiras Prediais, permitindo várias modalidades de investimentos no setor habitacional (p. 5).

Ainda nesta década, ocorreu a criação de órgãos regionais importantes com intuito de combater as habitações alternativas, (cortiços, favelas, mocambos, etc.) em Recife e no Rio de Janeiro, a Liga de Combate Contra os Mocambos e Serviço dos Parques Proletários no Rio de Janeiro respectivamente, também seguindo uma característica repressiva e higienista<sup>7</sup>. Somente em 1946, seguindo esta tendência, o governo federal criou a Fundação da Casa Popular, que produziu ao todo 17.832 unidades de moradia popular, sendo a última construída em 1960, já durante o governo de Juscelino Kubitschek (Manoel, 2004). Enquanto as IAPS, segundo Botas (2013), alcançaram a produção de 31.099 de unidades de conjuntos habitacionais até o ano de 1964.<sup>8</sup> Entretanto, cabe salientar que estas eram, na sua maioria, vilas operárias (Silva, 1989), voltadas a abrigar os trabalhadores em locais periféricos, às vezes próximos à indústria, num recinto controlado, incorporando os indivíduos à uma lógica de trabalho, até mesmo em suas moradias.

A partir da década de 50, ocorreu o aumento exponencial de população urbanizada, devido às ações estatais, que potencializaram ainda mais a industrialização no país. De acordo com Almeida (2007):

O impulso na industrialização se deveu à combinação de políticas que promoveram a substituição de importações, com estímulos vindos da política comercial protecionista, e da atração do capital estrangeiro, emblemático no caso da indústria automobilística (p. 66).

Posteriormente, no período da Ditadura civil empresarial militar, ocorreram investimentos significativos no âmbito da habitação, mas, sem preocupação com a resolução deste reflexo da “questão social”, e sim, com a otimização do capitalismo. Como afirma Botas (2013):

---

<sup>7</sup> O termo higienista se refere às políticas de cunho discriminatório e segregador, o qual buscava “limpar” as formas de moradia alternativa da cidade.

<sup>8</sup> Cabe mencionar que estes números deveriam ser maiores, já que, boa parte dos recursos do Estado à época foram destinados à construção da Cidade de Brasília, e muitas destas unidades representam moradias construídas na mesma (Manoel, 2004).

No entanto, a preocupação não era com a problemática social causada pela urbanização descontrolada, mas, sim, com a legitimação de uma forma de governo ditatorial e, ainda, com a organização espacial das cidades para atender às exigências crescentes da economia, como produção, circulação e consumo do capitalismo (p. 15).

Corroborando com esta citação, temos a declaração de Roberto Campos, um dos idealizadores da Política Habitacional Brasileira (PHB):

A solução do problema para a casa própria tem esta particular atração de criar o estímulo de poupança que, de outra forma, não existiria e contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem (1966, p. 20).

Esta, revela assim, o verdadeiro intuito da ação estatal da época, uma “pacificação” do trabalhador, para que este não pudesse perturbar a ordem vigente e conseqüentemente, se acomodar na dinâmica de exploração da sociedade Capitalista.

Neste contexto, durante este governo ilegítimo, houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), uma empresa estatal voltada a financiar empreendimentos imobiliários, utilizando fundos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e das cadernetas de poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O BNH foi vigente de 1964 até 1985, produzindo cerca de 4 milhões de unidades de “conjuntos habitacionais localizados nas periferias dos aglomerados metropolitanos, estendendo, precariamente o tecido urbano” (Silva; Tourinho, 2015, p. 402). Cabe destacar, que o BNH ainda possuía caráter de estimulação da economia, visto que, havia uma condição para que prefeituras e municípios conseguissem o aporte financeiro do banco, que era uma elaboração de planejamentos urbanísticos que deveriam ser realizados por meio de empresas privadas, posteriormente, outras empresas privadas iriam assumir a cobrança das parcelas dos empréstimos, podendo reter o dinheiro por um ano, até realizar a devolução para o BNH. Sendo assim, este, por meio de suas ações moldava as Cidades, afastando a classe trabalhadora dos centros urbanos, enquanto ainda estimulava o Capital imobiliário e fortalecia as bases do sistema ditatorial:

[...] buscou-se a formação da ideologia da casa própria com vistas a criar identidade social entre o trabalhador proprietário de sua residência e o grande capital, com o intuito de minar as lutas de classes no espaço do território urbano. Desse modo, a programação de moradia foi desenvolvida enquanto um instrumento de equilíbrio de forças em favor dos golpistas após a derrubada do governo Goulart, servindo-se a propósitos sociais e

políticos do novo governo instituído e do sistema do capital (Melo, 2014, p. 2).

Logo, fica explícito que esta política, não possuía seu caráter voltado a atender exclusivamente os trabalhadores, mesmo que também atendesse as demandas de movimentos sociais, seu fator contributivo para o Capital foi muito importante para sua implementação.

Posteriormente, no ano de 1986, ocorreu a Assembléia Nacional Constituinte, na qual, segundo Bárbara Oliveira Marguti (2018):

[...] movimentos sociais por moradia, universidades, sindicatos e entidades profissionais se reorganizaram e retomaram o tema da reforma urbana, dando origem à Emenda Popular da Reforma Urbana [...] resultando na inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988 (p. 120).

Estes grupos, por meio de suas lutas, auxiliaram na homologação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, apesar deste, não ocorreram de imediato ações estatais significativas para o avanço do enfrentamento à problemática habitacional, então, esta problemática teve seu combate fragmentado, cabendo aos municípios lidarem com suas demandas internas.

A nível nacional, a década de 90 foi marcada pelo avanço Neoliberal, nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, o que gerou um desmanche no financiamento das políticas públicas (Behring; Boschetti, 2007). Em 2003 ocorreu a sanção da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como “Estatuto Cidade”, que estabelecia diretrizes gerais das políticas urbanas, este modelo permitiu a descentralização do planejamento urbano, democratizando e possibilitando a participação popular na tomada de decisões a respeito da problemática urbana. De acordo com Mancini:

Entre os instrumentos de garantia da participação popular na discussão para o direcionamento da política urbana estabelecidos pelo Estatuto da Cidade estão os conselhos, as conferências de política urbana e os debates, consultas e audiências públicas, todos previstos para todos os âmbitos de governos (2008, p. 39).

Entre estes instrumentos mencionados, cabe destacar o Plano Diretor (surgiu na década de 70 e foi revitalizado após o Estatuto Cidade), que consiste num planejamento descentralizado e independente das cidades, cabendo às próprias realizá-lo.

Motivados por esta Lei, houve a criação do Ministério da Cidade, levando a discussão da moradia a um novo patamar na agenda governamental. A Política Nacional de Habitação (PNH) seria elaborada no ano seguinte.

No ano de 2008, seguindo uma orientação do empresariado que havia sido afetado pela crise imobiliária estadunidense (Marguti, 2018), o Estado brasileiro implementou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) lançado no ano seguinte, que serviu para combater o déficit habitacional, ao mesmo tempo em que manteve elevado o investimento no setor de construção civil, mostrando mais uma vez a atuação Estatal em conjunto com os interesses do Capital (Krause; Balbim; Neto, 2013).

Após este breve resumo da trajetória das políticas públicas voltadas à questão habitacional, percebe-se a grande dualidade nas implementações e atuações das mesmas, visto que todas corroboram com a agenda do Capital, apesar de motivadas por demandas populares trazidas através da luta de movimentos sociais.

## **CAPÍTULO 2 - MORADIA ALTERNATIVA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA AO MODELO CAPITALISTA**

Ao longo deste trabalho se tornou perceptível as mazelas causadas pelo Capital à classe trabalhadora no âmbito da moradia, também, a limitação da cidade capitalista à atender demandas do mercado em primeiro lugar, afastando trabalhadores dos grandes centros urbanos, acumulando-os na periferia, onde muitas das vezes não são ofertados serviços públicos de qualidade (saneamento, transporte, saúde, etc.), se tornando vítimas da desigualdade espacial.

Faz-se necessário ressaltar que esta desigualdade espacial ainda apresenta uma face étnica, pois grande parte dos moradores da periferia são pessoas negras, que consistem 68,6% da população periférica (Goes et al., 2021), mostrando o reflexo das desigualdades e privilégios originados no Brasil colônia. Desde o processo da abolição da escravatura, que teve motivações majoritariamente econômicas, a população negra recém liberta e decentes de negros escravizados se viu desamparada e em relações desiguais a outros membros da sociedade que possuíam mais direitos e privilégios que estes. No que tange a questão habitacional, essa dinâmica se traduziu neste grupo menos privilegiado, que foi obrigado a ocupar áreas periféricas, gerando favelas e outras formas de moradia alternativa, com casas mais precarizadas e ausência de serviços públicos de qualidade.

Como citado anteriormente, a cidade se torna um palco para disputas de diferentes projetos societários: o vigente, que atende os interesses do Capital e o de resistência, o qual, mesmo que indiretamente, busca romper com as configurações atuais, com intuito de emancipar a classe trabalhadora.<sup>9</sup>

Corroborando com Mizoguchi e Lusa ao afirmarem que

A construção dos espaços, do lugar de pertencimento, do território de vida e de trabalho torna-se uma estratégia de dominação por um lado, e dialeticamente, por outro, de resistência política na luta de classes. Expulsar, retirar, desocupar, reintegrar, deslocar, realocar tornam-se mais que verbos, expressam ações das classes dominantes que são antagônicas e contraditórias àquelas da classe trabalhadora que ocupa, constrói, constitui relações sociais e políticas, organiza, articula, vive, trabalha e resiste 'no' e 'com o' seu espaço, seu território, seu coletivo (2018, p. 3).

---

<sup>9</sup> Afirmação corrobora com o VII Princípio básico da profissão de Assistente Social, presente no código de ética do CFESS: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (2011, p. 24).

Sendo assim, é necessário analisar e identificar as ações do Estado e do Capital como tendenciosas para o lado do projeto societário que defendem, entretanto, se faz de extrema importância, entender que todo modo de moradia alternativa, é também uma ação de resistência às mazelas enfrentadas ao viver numa sociedade capitalista. Neste contexto, surgem os movimentos sociais por moradia, utilizando as ocupações como um contraponto importante à propriedade privada, princípio fundamental ao capitalismo, sendo a mobilização popular, na figura desses movimentos de extrema importância para frear avanços do Capital e, conseqüentemente, atenuar os reflexos da “questão social”.

Pelo ponto de vista jurídico, no que cabe às ocupações, apesar do direito à propriedade privada ser garantido pela Constituição Federal de 1988, este não é absoluto, visto que, como citado anteriormente neste trabalho, os latifúndios, prédios e construções em geral, necessitam cumprir uma função social. Logo, as propriedades abandonadas, majoritariamente com intuito de atender a especulação imobiliária, podem ser, por lei, invadidas e ocupadas para que adquiram função social. De acordo com Gaievski e Gai:

Uma propriedade que não atenda esse preceito está sujeita a alguns mecanismos de repressão, muito pouco – ou nada – utilizados. Situação corrente com imóveis públicos e grandes propriedades agrárias, em contraponto com a realidade de diversas famílias que moram na rua, favelas ou ocupações irregulares, acarretando outros problemas e criando um déficit habitacional (2018, p. 2).

Os indivíduos que ocupam estas áreas, o fazem em busca de um direito básico, que deveria ser garantido pelo Estado. Estes, quando ocupam uma propriedade, estão em busca de uma vida digna, corroborando com o terceiro fundamento defendido pela Constituição brasileira (Brasil, 1988). Sendo assim, não há violação de direitos, mesmo que no discurso dominante, as formas alternativas de moradia são vistas como responsáveis pelo caos urbano (Boulos, 2012).

Aqui, cabe citar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), um movimento social que surgiu em São Paulo, no ano de 1997, durante o início do projeto neoliberal no Brasil, num período que o Capitalismo passava por um de seu processos de reinvenção. Sendo assim, neste momento de perda progressiva de direito, surgiu, através da mobilização popular, MTST, buscando viabilizar o acesso à moradia por meio da organização popular e identificação de terrenos ou imóveis sem função social, para realizar a ocupação e/ou construção de casas para as pessoas

que necessitam, não apenas as que estão em situação de rua, mas indivíduos que já haviam chegado no limite da degradação causada pela falta de moradia e desemprego (Boulos, 2012). De acordo com Oliveira e Andrade (2017):

O MTST tem como objetivo também uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas, as quais giram em torno do lucro e, com isso, expulsam os trabalhadores para as favelas e periferias e tornam cada vez mais precários os os serviços públicos (p. 11)

A ação deste movimento vai de encontro às intenções do capital, de acumulação e especulação imobiliária, buscando mudar o modo de habitação capitalista que é imposto à classe trabalhadora, por meio da garantia do direito à moradia digna e acesso à cidade.

Não busco romantizar estas formas de habitação, resalto que estas, por vezes, são precárias, não possuindo serviços básico de saneamento, rede elétrica e água encanada, bem como segurança, fácil acesso a cidade e serviços públicos, indo contra o sentido de moradia defendido por Suzana Pasternak (2016) mencionado anteriormente neste trabalho. Entretanto, é necessário reconhecer os motivos de estas pessoas se encontrarem dependentes destes tipos de forma de habitação, sem ignorar a responsabilidade do modelo capitalista na existência e continuidade destas formas irregulares de moradia.

## **2.1. A particularidade de Campo Grande**

O bairro de Campo Grande é localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, possui uma extensão de 46.996 hectares (Nacif; Antunes, 2010), sendo o maior bairro do país, composto por diversos tipos de vegetação e paisagens naturais distintas.

O bairro de origem rural, recebeu um processo de industrialização massivo, mudando a configuração socioespacial do mesmo. Corroborando com o fator abordado anteriormente: a mudança socioespacial a fim de atender demandas do Capital.

No princípio, o bairro teve sua ocupação motivada por conta de sua formação topográfica e geológica privilegiada, tendo como ponto de partida para sua expansão a Igreja Nossa Senhora do Desterro (Fróes; Gelabert, 2004). Durante seu período agrícola, Campo Grande se destacou pela sua plantação de laranja, principalmente nos anos 1930 (Oliveira, 1960). Foi neste período que começou o esvaziamento do



centro do Rio de Janeiro devido às políticas higienistas de modernização dos centros urbanos, logo, o Sertão Carioca (Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz), passou a ter suas terras ocupadas por indústrias, que se aproveitaram dos baixos custos dos terrenos, bem como os incentivos fiscais proporcionados pelo Estado, absorvendo a mão de obra até então rural. Com o declínio da citricultura, muitas propriedades se tornaram ociosas, que resultou numa nova expansão industrial, como consequência, o crescimento exponencial da população do Bairro. De acordo com Nacif e Antunes:

Posteriormente, a implantação da estrada de ferro e a abertura da Avenida Brasil, em 1946, facilitaram o acesso aos bairros da Zona Oeste, o que se traduziu em atrativo para a população de baixa renda em busca, entre outros fatores, de terras baratas para fins de estabelecimento de moradia (2010, p. 110).

Campo Grande começava a se tornar um bairro extremamente populoso, entretanto, ainda segundo Nacif e Antunes (2010), havia uma dependência dos centros urbanos, seja para acessar educação de qualidade, saúde e postos de trabalho dignos. Essa dependência dos centros urbanos só diminuiu a partir do momento em que a industrialização em massa chegou ao bairro, na figura do distrito industrial de Campo Grande na década de 60, posteriormente, devido a este interesse do Capital no bairro, foram enviados incentivos de verbas do BNH para construção de moradias populares, a fim de sanar a problemática da moradia.

O distrito industrial de Campo Grande é o segundo maior da cidade do Rio de Janeiro, com uma área total de 2.602.537,67 m<sup>2</sup> (Damas, 2008), situado entre a Avenida Brasil e a Rio-São Paulo, ainda possui proximidade com o porto de Itaguaí, diversas vias de escoamento de mercadoria. Segundo Damas:

O Distrito Industrial de Campo Grande foi o último a ser criado na cidade, como resposta a demanda por terrenos para expansão industrial, pois os distritos industriais de Paciência, Palmares e Fazenda Botafogo estavam com seus lotes todos vendidos, reservados ou ocupados. Devido à procura esse distrito também foi destinado para empresas de médio e pequeno porte (2008, p. 106).

Outro fator que levou a utilização de Campo Grande para construção deste distrito industrial foi a mão de obra barata, anteriormente rural, que poderia ser absorvida após o processo de invasão do urbano ao rural. A questão ambiental também foi essencial para a tomada dessa decisão, visto que, segundo Damas:

[...] segundo estudos realizados pela FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) essa região do município do Rio de Janeiro apresentava índices de poluição atmosférica inferiores aos de outras regiões, como São Cristóvão e Méier, nesses locais a concentração de

poluentes preocupava as autoridades, porque já afetava a saúde da população residente nesses bairros (2008, p. 106).

Esta ação foi motivada para fugir de possíveis sanções atreladas a poluição, logo, para fugir de sanções a solução encontrada em conjunto por Estado e Capital foi poluir onde havia pouca poluição atmosférica, por tanto, a motivação era somente monetária, não havia preocupação com a questão ambiental.

Sendo assim, fica evidente que a formação deste bairro corrobora com as afirmações realizadas no primeiro capítulo dessa dissertação, percebe-se uma colaboração entre Estado e o Capital no planejamento urbano, priorizando a potencialização do lucro acima da qualidade de vida dos trabalhadores. Não podemos considerar que estes avanços de infraestrutura deixam de ser benéficos à população, apenas por conta de sua motivação, porém, esta dependência com um avanço da industrialização e aumento de lucro para o Capital são problemáticas graves que não podem deixar de ser levantadas.

Avançando para 2004, tivemos a Lei Complementar 72, do Município do Rio de Janeiro, de 27 de julho que institui o Projeto de Estruturação Urbana (PEU), dos Bairros de Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Cosmos e Inhoaíba. Esta Lei teve por finalidade demarcar o uso do solo dos bairros citados, realizando um zoneamento dos territórios citados, classificando-os em sete tipos diferentes: Zona Residencial, Zona de Comércio e Serviços, Zona de Uso Misto, Zona de Uso Predominantemente Industrial, Exclusivamente Industrial, Zona Agrícola, Zona de Conservação Ambiental.

O projeto gerou um diagnóstico, identificando o avanço exponencial do urbano sobre o rural, porém, também identificou-se atividade rural considerável no Bairro de Campo Grande (Fonseca, 2012). Entretanto, ainda segundo a autora, o PEU também identificou uma dificuldade em separar os zoneamentos, visto que, estes estão mesclados por todo o bairro, tornando difícil classificar uma área com exatidão.

Percebe-se, no entanto, que estes locais considerados agrícolas, mantêm proximidade com outros usos, principalmente o residencial, ficando cada vez mais difícil zoneá-los. [...] Concentradas no subcentro de Campo Grande encontram-se as duas Zonas de Comércio e Serviços [...], a Estação Ferroviária e a Rodoviária. Também é notável através da [...], que a circunvizinhança apresenta densa malha viária, que vai diminuindo em direção as fronteiras norte e sul, o que significa também ser a região dotada de maior infraestrutura e que primeiro se expandiu quando da transição rural/urbana (Fonseca, 2012, p. 14).

Verifica-se também, a presença forte de Zonas Mistas de agricultura e moradia no KM 43, mesmo local do Distrito Industrial de Campo Grande, classificado como zona de uso exclusivo industrial. Essa mescla verificada no estudo realizado pelo PEU, demonstra a complexidade deste bairro que foi modelado à força para atender demandas industriais.

## 2.2. O Jambalaia

O Jambalaia, localizado em Campo Grande, Rio de Janeiro, entre a Avenida Manuel Caldeira de Alvarenga e a Rua Walter Medrado Dias, era um conjunto de prédios que foi demolido em 2018, local de uma ocupação urbana que abrigava cerca de 280 famílias (Jambalaia, 2021) em algumas fontes seriam 400 famílias (Silva, 2016). O conjunto de seis prédios e cinco pavimentos foi abandonado nos anos 80, sendo um deles condenado pela defesa civil, por estar afundando num brejo. A ocupação ocorreu de maneira desorganizada, ao contrário da definição de Ocupação urbana organizada, presente no trabalho de Natália Lelis:

Trata-se da formação de assentamentos urbanos constituídos a partir da ocupação coletiva não consentida de imóveis (sobretudo de terrenos) urbanos vazios de terceiros por famílias de baixa renda para fins de moradia, estruturada previamente por movimentos sociais e assessorada por profissionais voluntários, particularmente do Direito e de Arquitetura e Urbanismo. Em linhas gerais, elas diferem de outros assentamentos precários brasileiros especialmente por partirem de uma organização heterônoma, serem contestadas desde o início, ocorrerem em áreas de alto valor de mercado pelo ordenamento territorial e receberem constante assessoria jurídica e urbanística (2016, p. 429)

Os moradores do Jambalaia realizaram sim a ocupação coletiva não consentida de imóveis urbanos, entretanto, nos meus estudos, não encontrei nenhum relato dos moradores que apontasse qualquer presença de profissionais para auxiliá-los nessa organização, com exceção de instituições filantrópicas de cunho religioso, exercendo a *caridade*<sup>10</sup>. Também, não foi encontrado conexão do Jambalaia com o MTST, apesar de a existência da ocupação corroborar com valores defendidos pelo movimento.

A ocupação surge por conta da necessidade dos indivíduos que lá residiam, alguns eram pessoas em situação de rua que encontraram acolhimento nas paredes do Jambalaia, outros, recém desempregados que se viram sem condições de arcar

---

<sup>10</sup> Termo utilizado pelos moradores da ocupação (Jambalaia, 2021).

com os valores de um aluguel e perceberam na ocupação uma saída possível ao desabrigo, mesmo com sua estrutura precária, paredes inacabadas, escadas desabando, ausência de água encanada, saneamento básico e rede elétrica.

A origem dos prédios é nebulosa, não foi encontrado nenhum documento que comprovasse quem havia construído o empreendimento, veículos de notícia apenas confirmavam que o mesmo era vinculado à iniciativa privada, mas também afirmavam não saber o responsável pelo empreendimento. De acordo com o Jornal Extra: “Os prédios construídos por uma empresa privada estão abandonados há cerca de 25 anos, segundo os moradores. A Prefeitura do Rio não soube informar a quem pertence o terreno e os prédios” (Marsal, 2015, web). No documentário *Jambalaia* (2021), de Breno Moreira, um dos antigos moradores da ocupação afirma que a origem dos prédios se deu por conta de um desvio de verba da Caixa Econômica Federal realizado pelo Grupo OAS (atualmente Grupo Metha). De acordo com Eric Vermelho, uma das pessoas que ocupava o Jambalaia:

Esses prédios, eles são frutos de uma roubalheira na Caixa Econômica. A OAS, [...] eles criavam, na década de 90, cooperativas, essas cooperativas faziam captação de recurso na Caixa Econômica, e esses recursos que eram para construção de prédios chegavam superfaturados, superfaturados a ponto de que  $\frac{1}{3}$  que eles estavam captando, construía quase todo o empreendimento. Quando o empreendimento tava quase pronto, os mutuários, no caso sócios da cooperativa, desistiam por um passe de mágica, aí a cooperativa fazia combinação com a OAS e o empreendimento passava a ser vendido no mercado como coisa qualquer (Jambalaia, 2021, 32:11)

Ainda segundo o morador, assim que este esquema foi descoberto, houve a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que resultou no abandono da construção do conjunto de prédios.

Após esse abandono, o Jambalaia permaneceu cheio de entulhos e com apartamentos não terminados. A princípio, é relatado que a ocupação do conjunto não foi imediata devido a crescente presença do tráfico na região, visto que, o mesmo é localizado próximo a Favela do Barbante, ou Nova Cidade, que nos anos 90 era conhecida por seus altos índices de criminalidade, aliado à isso, havia as pessoas que utilizavam o Jambalaia para o uso de drogas (problema que continuou na ocupação até o fim, porém, em uma quantidade bem menor), entretanto, ainda assim alguns indivíduos vieram aos prédios em busca de moradia.

Como já foi tratado neste trabalho, é evidente que as pessoas buscam as ocupações e formas de habitação irregulares devido a falta de perspectiva e

qualidade de vida, geradas pelas condições desfavoráveis inerentes ao capitalismo e a Cidade Capitalista. Apesar de o Jambalaia ser um ambiente perigoso e insalubre, as pessoas ainda foram buscar habitação no local, mostrando a precariedade das suas vidas antes da possibilidade de ocupar os prédios. De acordo com O Globo:

Uma das unidades no primeiro andar era ocupada por cavalos. Entre os prédios, era possível ver porcos e outros animais andando livremente. Na época, as famílias que não queriam tomar banho de baldinho dividiam um único chuveiro improvisado ao ar livre: um cano por onde saía apenas um filete de água (Sorosini, 2018, web)

A chegada ao Jambalaia era um processo trabalhoso, consistia em procurar um apartamento bom no conjunto de seis prédios que se encontravam extremamente danificados.

Um deles está interditado por ficar sobre um brejo. Os outros têm a estrutura danificada. Buracos entre as juntas nos corredores, vão do elevador sem qualquer proteção, trepidações e fiação de alta tensão passando por dentro dos cômodos são alguns dos riscos enfrentados por quem não tem para onde ir (Marsal, 2015, web).

Alguns apartamentos estavam mais bem acabados que outros, então, era necessário a retirada das enormes quantidades de entulho e realizar a limpeza do apartamento. A moradora Jovita descreve melhor este processo, relatando quando foi chamada por uma amiga para *invadir*<sup>11</sup> os prédios:

Eu morava de aluguel na casa da irmã da minha colega, aí ela (colega) falou que tava vindo pra invadir aqui, que já tinha muita gente morando aqui, aí vim eu e mais três colegas minhas. Quando a gente veio morar aqui, isso aqui tava tudo sujo, cheio de entulho, muitos nem queria pegar esse apartamento aqui (Jambalaia, 2021, 11:40)

Jovita morava com seus filhos no mesmo apartamento desde que havia chegado ao Jambalaia. Outra moradora, chamada Jurema, menciona o desespero de estar na ocupação, relata as promessas vazias dos políticos ao longo dos anos, e afirma que até mesmo preferia estar na rua, porém ficou na ocupação por conta de seus filhos, relata que havia vindo com o esposo que também havia morado com a mesma nas ruas, porém, agora havia falecido. Durante a fala de Jurema, uma de suas amigas surge para falar da amiga e a importância de sua amizade. O senso de comunidade que os moradores criaram, gerou um laço forte, que é demonstrado em diversos trechos do documentário. Outro exemplo deste vem por meio de Gutemberg, conhecido como *Wolverine*, um dos moradores da ocupação que é eletricitista, mecânico, soldador e inventor, afirma que realiza esses reparos na rede

<sup>11</sup> Termo utilizado pelos moradores da ocupação (Jambalaia, 2021).

elétrica a preços justos para que os outros moradores tenham condições de pagar (Jambalaia, 2021). Wolverine afirma que chegou a ocupação por conta do choque de ordem que o retirou do local em que morava na rua, então veio junto de seu filho habitar os prédios.

Para alguns o Jambalaia era mais do que só habitação, visto que, muitos tinham ali o seu meio de sustento, como o caso da família do Marcelo, dono de um mercadinho localizado em um dos apartamentos no térreo do conjunto de prédios, conta que tem a vida marcada por ocupações, sendo morador das mesmas desde os 19 anos, declarando “onde tinha uma invasão eu vou” (Jambalaia, 2021). Marcelo tem 15 filhos, um deles possui paralisia cerebral e também mora no Jambalaia, nunca teve condições de criá-los, por isso teve de procurar as ocupações como maneira de obter uma qualidade de vida melhor para a sua família. Marcelo e a esposa dividem seu tempo cuidando das crianças, administrando o mercado e trabalhando em *bicos*, quando estes aparecem.

A demolição dos prédios não levou em consideração este aspecto das vidas dos habitantes, mesmo que as promessas fossem de trazê-los de volta para habitar o mesmo espaço num condomínio do minha casa minha vida, no tempo até esta promessa ser cumprida, as famílias perderam sua comunidade, suas amizades, meios de sustento, proximidade a escolas das crianças, enfim, a normalidade de suas vidas.

Enquanto o Jambalaia ainda existia, ainda era habitado, era comum ver crianças brincando na frente do conjunto, mesmo com todo entulho e sujeira do entorno, o local ainda era cheio de vida e alegria, ao assistir o documentário, temos nos relatos das famílias uma visão mais íntima das mesmas, que só querem o melhor local para viver e dar condições dignas para seus filhos. É assustador pensar que na sociedade capitalista atual, o conjunto de prédios ainda era uma opção viável para estas pessoas, mesmo com o risco exacerbado de doenças e sendo um local com ligações elétricas clandestinas, fios de eletricidade expostos pelo apartamento, falta de água e saneamento, dejetos de animais, riscos de desabamento, fossos de elevadores abertos e sem proteção alguma. De acordo com Silva:

Além dos perigos estruturais dos prédios, as doenças são grandes ameaças para quem ali vive. Há um único chuveiro improvisado no conjunto de prédios que fica ao ar livre. Ali também se lava a louça. A água, assim como a luz chegam aos prédios por meio de ligações clandestinas. As crianças brincam e andam descalças pelo local insalubre. O local, com muito lixo e ratos, também abre portas para a leptospirose e, além disso, a proliferação

de mosquitos traz o risco de focos e casos de dengue, além de outras variedades de doenças cujo *Aedes Aegypti* é o vetor (2016, p. 76)

De acordo com o Extra, no que tange às doenças:

[...] o infectologista do Hospital Norte D'Or Marcus Cardoso, a falta de saneamento básico expõe as famílias a doenças contagiosas de pele e gastrointestinais. O local, com muito lixo e ratos, também é favorável à ocorrência de leptospirose, causada pela urina do roedor. Além disso, a proliferação de mosquitos preocupa pelo risco aumentado de dengue. O médico alerta ainda que a convivência com animais como o porco pode levar à teníase, doença causada por um verme e que leva à anemia e à desnutrição (2015, p. web)

O Jambalaia era abrigo para estas famílias, porém a mesma estrutura que as acolhia era fonte de perigo, ainda havia o risco das doenças no entorno que era tão precário quando os conjuntos, mostrando que um abandono da região pelo Estado semelhante ao da iniciativa privada pelo empreendimento. Mesmo assim, todo o processo de remoção dos habitantes subestimou a importância que aquele local tinha na vida das pessoas que ali moravam.

### **2.3. Implosão e ausência do Estado**

No ano de 2018, após vitórias na estrutura do conjunto de prédios, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) obteve uma liminar determinando a desocupação do Conjunto de Prédios Jambalaia, ordenando remanejar os moradores para um local seguro, ou pagamento de aluguel social (O Dia, 2018). Em meio a esperança de moradores e promessas políticas, a implosão ocorreu no dia 23/09/2018, às 07 da manhã (G1 Rio, 2018). Ocorreu a interdição de inúmeras vias, sendo aconselhado aos moradores num raio de 150 metros do conjunto de prédios a evacuar suas casas.

Os moradores deixaram suas casas sob a promessa de que seria construído um condomínio do Minha Casa Minha Vida, de cerca de 300 unidades, que seria entregue aos moradores para que pudessem voltar a viver no local que já conheciam. As obras teriam início em janeiro de 2019, porém, até hoje, nenhuma obra estatal teve início no local.

Ao longo da pesquisa realizada para este trabalho, foram verificados pouquíssimos relatos da presença do Estado no período prévio à liminar do MPRJ. Os únicos relatos da presença estatal no conjunto de prédios foram para realização de cadastramento das famílias, um em 2012 que de acordo com um morador

chamado *Dan*, retirou cerca de 160 famílias do conjunto, porém, outras famílias já haviam se mudado e ocupado os lugares dos que saíram.

A Secretaria estadual de Habitação informou que, em 2013, foram cadastradas 52 famílias. Destas, 34 atendiam o perfil sócio econômico da faixa 1 do programa “Minha casa, minha vida” — renda de um a três salários mínimos — e foram contempladas com apartamentos do Conjunto Habitacional Haroldo de Andrade, em Barros Filho. Em 2014, houve nova invasão e outra visita foi realizada ao local para avaliar a situação, mas nenhum novo cadastro foi feito (Marsal, 2015, p. web)

Outro cadastro realizado em 2014 que, segundo uma moradora chamada *Gisele*, realizou o preenchimento mas à época da reportagem ainda não havia obtido uma resposta (Marsal, 2015), por fim, o cadastro de 280 famílias que ainda residiam no local até o período da implosão, para concessão do aluguel social. Também houveram visitas da Defesa Civil, de acordo com o Extra (2018):

O local foi alvo de várias vistorias da Defesa Civil, uma delas motivada pelo desabamento de uma laje no interior de um dos blocos. Foram identificadas infiltrações, instalações elétricas precárias e a necessidade de retirada dos moradores “antes que a estrutura dos prédios entre em colapso”. No texto da ação, o MPRJ adverte que mesmo assim não houve qualquer atuação efetiva do município no sentido de preservar a segurança das pessoas que se encontram morando no local (web)

Além destes cadastros, foram realizadas algumas vistorias da defesa civil, que geralmente ocorreram após algum desastre no conjunto de prédios, desde um incêndio até o desabamento de uma laje. Sendo assim, o Estado tinha conhecimento da situação dos moradores do Jambalaia, e mesmo assim não tomou nenhuma ação contundente, como destacado pelo MPRJ, na matéria do Jornal O Dia:

De acordo com o MPRJ, no curso das investigações, ficou demonstrada a situação de risco iminente de desabamento das estruturas do edifício inacabado, composto por seis blocos de cinco pavimentos, invadidos e ocupados por 263 famílias carentes. O texto destaca que o local foi alvo de várias vistorias da Defesa Civil, uma delas motivada pelo desabamento de uma laje no interior de um dos blocos, em que foram identificadas infiltrações em todos os blocos, instalações elétricas precárias e a necessidade de retirada dos moradores invasores “antes que a estrutura dos prédios entre em colapso”. No texto da ação, o MPRJ adverte que mesmo assim não houve qualquer atuação efetiva do município no sentido de preservar a segurança das pessoas que se encontram morando no local (2018, p. web)

Essa falta de ação demonstra a ineficácia do Estado em enxergar as pessoas como seres de direitos, deixando a elas apenas a condição de pauperizados.

O processo de transição foi rápido, dado um mês após a concessão do aluguel social para que os moradores encontrassem outro lugar para viver e fazer a retirada de todos os seus pertences do Jambalaia, de fato, a pressa foi tanta que no



dia da implosão ainda havia pertences no local, que foram transportados por funcionários da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) para as novas casas dos moradores, com intuito de auxiliar as famílias que não tinham condições de arcar com os custos de uma mudança (O DIA, 2018).

As 280 famílias cadastradas receberam aluguel social no valor irrisório de R\$ 400,00, à época da remoção, alguns moradores chegaram a relatar sobre o valor irrisório do aluguel social, segundo *Lucia Maria*, que precisou alugar uma kitnet no valor de 500,00 reais:

Preciso completar com o que recebo do Bolsa Família, mas é bem difícil porque tenho nove filhos. Não está sendo nada fácil, só estou mais tranquila porque disseram que depois vamos ganhar um apartamento para morar aqui mesmo (Sorosini, 2018, p. web)

Outra moradora, *Thayssa Gomes*, morava num apartamento na ocupação com seus dois filhos, sua mãe também era moradora do Jambalaia, dividindo o apartamento com seis filhos. Entretanto, para o aluguel social, *Thayssa* e sua mãe foram cadastradas como apenas um grupo familiar, forçando as duas a terem de dividir o apartamento com mais 8 crianças. Ela ainda afirma:

É uma sensação esquisita ver o Jambalaia caindo. A gente só veio para cá porque não tinha onde morar, a 11 anos atrás. Muito estranho tudo acabar, porque os meus irmãos cresceram aqui. Eu não consegui me cadastrar para receber um apartamento depois, porque estava trabalhando, como vendedora. O jeito vai ser morar mesmo com a minha mãe. (Sorosini, 2018, p. web)

Isso demonstra que os critérios para o cadastro era deturpado, mesmo morando na ocupação, *Thayssa* e seus filhos não tiveram direito a casa própria por estar trabalhando, mesmo tendo uma fonte de renda e dois filhos, logo, com uma renda per capita irrisória e mesmo assim numa situação de moradia idêntica a de todos os outros naquele conjunto de prédios.

Logo, mesmo os que recebiam o aluguel social de baixo valor, ainda possuíam para o alcance de uma melhor qualidade de vida, tendo que adicionar valores para arcar com as despesas. Entretanto, nos relatos vemos que muitos grupos familiares têm até hoje uma irregularidade na recepção dos valores mensais, ocasionando numa série de problemas e constrangimento para essas famílias. Eduardo, ex-habitante da ocupação, também menciona atraso nas parcelas do aluguel social, relatando que muitas famílias reclamam no grupo de whatsapp dos antigos residentes do Jambalaia que o valor não era depositado há dois ou três

meses (Jambalaia, 2021). Também, de acordo com a moradora Claudia da Silva, em entrevista ao G1:

A gente tá pela misericórdia. Eu estou vivendo de bico, vivendo de reciclagem. Falta até o que comer. O que eles estão fazendo com a gente é um descaso, um desrespeito com o ser humano e nós aqui somos todos seres humanos. A gente precisa do aluguel. Se eles não podiam pagar o aluguel, não tirasse a gente daqui (Haidar, 2019, web)

Essa falta de ação e atenção ao Jambalaia e seus moradores, parece ser devido a falta de “utilidade” que aqueles tinham aos olhos do Estado, visto que, durante a existência da ocupação só receberam cadastramento e auxílio em caso de tragédias no conjunto. No fim da ocupação, os olhos do prefeito se voltaram para diversas ocupações no Estado, o que resultou em processos de implosão e desocupação sem uma obrigação real de cumprimento das promessas feitas, visto que, era o último ano de mandato do mesmo, às vésperas de uma nova eleição. O Jambalaia ficou no meio de uma cruzada do Bispo Marcelo Crivella para angariação de votos e permanência no poder.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa foi possível discorrer a respeito dos fatores sociais que contribuem para a formação de formas de moradia alternativa nas cidades capitalistas, mostrando como os interesses desse modelo econômico afetam as vidas da população que habitam seus modelos urbanos.

Desde a mudança da função da cidade, passando de seu primórdio de aglomeração humana até a sua figura potencializadora do Capital, a população pobre sofreu enormes impactos, motivados prioritariamente pela especulação imobiliária, que age como uma ferramenta de enriquecimento do capital imobiliário e de cerceamento do acesso da classe trabalhadora a estes centros urbanos.

Além dessa característica de limitação do acesso aos grandes centros urbanos, exceto para desempenhar funções empregatícias, também são negados acesso à opções de lazer e cultura, visto que, grande parte dessas opções de entretenimento são localizadas nos centros urbanos de difícil acesso à população brasileira (Barros; Mattedi, 2006).

Para além do acesso a áreas da cidade, também há a questão da moradia, já que, a cidade também é fatiada em áreas mais valorizadas, mesmo num escopo

menor, sub-bairros, bairros, cidades, estados e regiões do país têm valorizações diferentes. Áreas consideradas de luxo existem em diversas esferas, limitando as opções da classe trabalhadora até mesmo para habitação, logo, contribuindo para criação de áreas de periferia, que recebem também uma atenção menor do Estado, que oferta para estas serviços inferiores.

Como demonstrado neste trabalho, ao Estado caberia a realização de políticas e ações que fossem de encontro às necessidades da população, buscando atendê-las, rompendo com as exigências do Capital. Cabe salientar a influência e importância dos movimentos sociais na tomada de decisões, visto que, apesar de Estado e Capital trabalharem juntos para concretização de seu projeto societário, a mobilização popular é de extrema importância para mudar as imposições das classes dominantes, e eventualmente, romper de modo totalitário com os modelos vigentes. Se mostra essencial o entendimento da sociedade como um todo que as pessoas que habitam e defendem formas de moradia alternativa, estão na verdade, desempenhando resistência contra o Capital, não sendo um tipo de “incompetência” ou “não-merecimento”, contrariando o pensamento típico no neoliberalismo e seu empreendedorismo deturpado.

Neste contexto, nota-se que o próprio direito à moradia, também garantido pela Constituição Federal, na prática não se mostra real, visto as inúmeras dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta para adquirir uma propriedade no modelo capitalista, ou seja, um verdadeiro acesso a este direito (e outros), só virá com a ruptura com o sistema vigente. Isto, corrobora com o VII princípio fundamental da profissão de Assistente Social, que defende a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;” (Brasil, 2012, p. 24).

Percebe-se, porém, que o Serviço Social também falhou com os moradores do conjunto de prédios, visto que, de acordo com as pesquisas, só houve a presença de profissionais de assistência para realização de cadastro para a remoção, denotando uma negligência com os habitantes de uma ocupação tão grande, não organizada, numa localização de fácil acesso e próxima a alguns Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Essa crítica é feita a atuação do Estado, não as/os profissionais, que possuem demandas próprias do dia-a-dia, e sua própria atuação já precarizada. Logo, seria necessário uma maior articulação da

política de assistência com a questão habitacional, para que em casos como este, as/os profissionais pudessem ofertar algo mais que o cadastramento no aluguel social.

Cabe salientar que no que tange a profissão de Assistente Social, de acordo com o princípio fundamental V descrito em seu código de ética:

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; (p. 23, 2012).

Em relação às políticas públicas, estas se mostraram insuficientes para lidar com os reflexos da “questão social” que afetam também o âmbito da habitação e, conseqüentemente, a vida da classe trabalhadora. Muito desta ineficácia vêm do conflito de interesses entre demandas sociais e econômicas na implementação das mesmas. O aluguel social, por mais que extremamente importante na situação, possui valor irrisório e denota uma falta de planejamento da prefeitura, que apressou o processo de despejo devido ao processo eleitoral que se aproximava.

Além do novo abandono aos moradores, o período pós implosão também gerou o abandono do território. Os impactos da ausência do Jambalaia também foram perceptíveis na vizinhança, que agora estava com um terreno baldio, numa zona anteriormente movimentada. Fato levantado por Pamela Fernandes, uma vizinha da ocupação, disse:

Bem ou mal, era muita gente circulando, de dia e de noite. O condomínio tinha até um bar. Agora, já fiquei sabendo de um assalto bem ali na esquina, e isso não acontecia antigamente, porque tinha movimento sempre. Precisamos de policiamento, porque agora dá muita insegurança andar na rua à noite (Sorosini, 2018, web)

À época, o autor deste trabalho ainda era morador da região e a diferença foi perceptível no aumento do perigo da região, visto que, enquanto o Jambalaia estava de pé, as luzes precárias que vinham de dentro dos quartos iluminavam o caminho, a presença dos habitantes também era fator impeditivo para possíveis crimes. Após a implosão nada mais passava naquele trecho da Avenida Manuel Caldeira de Alvarenga.

Outro impacto foi a poluição, que se tornou descontrolada após a implosão. Antes existia lixo e entulho no entorno do Jambalaia, entretanto, ainda havia um certo controle, já que, haviam áreas específicas destinadas para o lixo produzido. Com a implosão, todo o terreno do conjunto de prédios virou um “lixão comunitário” como definiu um morador em entrevista ao G1 (Prado; Haidar, 2020).

À época da formação deste lixão comunitário, a milícia começou a se aproximar do terreno, cobrando taxas de quem desejasse descartar resíduos no local. Posteriormente, começaram a realizar uma limpeza no local:

Eles começaram a jogar as máquinas ali e juntar todo o lixo. Estão tirando o lixo dali e levando pra outro local, demoliram as árvores. Essa limpeza eles estão fazendo não [é] porque querem um local legal, e sim pra fazer uma venda de loteamentos no local (Prado; Haidar, 2020)

Então, o poder paralelo começou o loteamento do terreno, para possivelmente começar a construção de imóveis, no local. Sendo assim, o terreno que antes abrigava quase 300 famílias agora dá lugar a um vazio, ocupado pela milícia que foi auxiliada pela ação do Estado, cabe questionar se de maneira intencional ou não. Aos moradores, cabe ainda a espera pelos prédios prometidos pelo prefeito à época, enquanto lidam com moradias ainda insalubres, as quais podem pagar com o valor irrisório do aluguel social. Até a data de escrita deste trabalho, o único sinal de obra no terreno foi o realizado pela milícia anos atrás, demonstrando a falta de interesse do Estado pelas pessoas que lá moravam, escancarando que a única motivação era angariação de votos para uma manutenção de poder, corroborando com a teoria apresentada ao longo desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 60-79, 2007.

BARROS, Iolanda; MATTEDI, Maria Raquel. O Lazer na Periferia. **Revista Unifacs**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL. **Código de ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10a. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e História**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. A cidade industrial brasileira e a política habitacional na Era Vargas (1930-1954). **XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A política habitacional no Brasil (1930-1990). **Revela: periódico de divulgação científica da FALS**, ano I, n. 2, p. 1-14, Março 2008.

BOULOS, Guilherme. **Porque ocupamos?: Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Plano Nacional de Habitação**. Volume 2. Seminário promovido pelo Instituto de Engenharia de São Paulo e pelo Banco Nacional da Habitação, BNH. 1966.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHERMOULA, Aline. **Jambalaya: Um prato criado na América, mas por mãos africanas**. Mundo Negro, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/jambalaya-um-prato-criado-na-america-mas-por-maos-africanas/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

DAMAS, Eduardo Tavares. **Distritos Industriais da Cidade do Rio De Janeiro: Gênese e Desenvolvimento no Bojo do Espaço Industrial Carioca**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2008. 144p.

DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 87-108, 2018.

EXTRA. Liminar prevê desocupação do Conjunto Jambalaia e remanejamento dos ocupantes. **Extra**, Rio de Janeiro, 14 jul. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/liminar-preve-desocupacao-do-conjunto-jambalaia-remanejamento-dos-ocupantes-22886912.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FERREIRA, Alessandro. Muro que separa Linha Vermelha de favela ganha painéis da Olimpíada: 'Não existe isso de esconder favela', diz secretário de Turismo ao G1. Segundo Antônio Pedro, função de adesivos é meramente decorativa. **G1**, Rio de Janeiro, 13 jul. 2016. Disponível em: <http://glo.bo/29DXXR3>. Acesso em: 7 maio 2023.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. 2005. In Anais do Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização da UNESP e SESC, p. 1-20. Bauru, SP, 21 a 26 de agosto de 2005.

FILHO, Nestor Goulart Reis. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial: recursos para a renovação do ensino de História e Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 198, p. 366-379, Maio/Ago 2000.

FONSECA, Priscilla Rodríguez. Evolução urbana, uso e ocupação do solo em Campo Grande. **8º Congresso internacional cidade virtual e território**, Rio de Janeiro, 2012.

FRÓES, José N. S; GELABERT, Odaléia R. E. **Rumo ao Campo Grande por Trilhas e Caminhos**. Rio de Janeiro: sem editora, 2004.

G1 Rio. Cinco prédios que ameaçavam desabar são implodidos na Zona Oeste do Rio: No local, será construída uma unidade do Minha Casa, Minha Vida com 300 apartamentos. **G1**, Rio de Janeiro, 23 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/23/cinco-predios-que-ameacava-m-desabar-sao-implodidos-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2023.

GAIEVSKI, Ester da Silva; GAI, Zaine de Oliveira. 15ª Semana acadêmica da FADISMA. 2018, Santa Maria - RS. **Direito à moradia: as ocupações como modo de garantir o cumprimento da função social da propriedade urbana**. Santa Maria - RS, 2018. 1-15 p.

GOES, Fernanda Lira; VIEIRA, Maria Gabriella Figueiredo; REIS, Talita Rocha; OLIVEIRA, Flávia Adriane Pestana de; LUNELLI, Isabella Cristina. **Atlas das periferias no Brasil: aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. 435 p. ISBN 978-65-5635-023-3.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. A questão urbana na dinâmica de reprodução capitalista. **Argumentum**, Vitória - ES, v. 5, n. 1, p. 180-196, jan./jun. 2013.

HAMADA, Germano Kawey Ferracin. O desenvolvimento capitalista e a evolução das cidades. **Geofronter**, Campo Grande, v. 4, n. 5, p. 08-20, 2019.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

Haidar, Diego. Moradores de condomínio demolido em Campo Grande seguem à espera de moradia e sem receber aluguel social: Há um ano prédio foi demolido, sob alegação de risco de desabamento, mas promessa de construção de novas moradias sequer saiu do papel. São centenas de pessoas que aguardam solução da prefeitura. **G1**, Rio de Janeiro, 1 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/01/moradores-de-condominio-demolido-em-campo-grande-seguem-a-espera-de-moradia-e-sem-receber-aluguel-social.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n. 3, p. 1-88, jan./jul. 2001.

IBGE. **Censo agro 2017**: Relatando a realidade do brasileiro agrário. Instituto brasileiro de geografia e estatística, 2017.

JAMBALAIÁ. Direção: Breno Moreira. Produção: Eduardo Rezende, Thiago Mascarenhas, Lucas Nobrega. Roteiro: Breno Moreira. Rio de Janeiro: Capuri, 2021. Disponível em: <https://vimeo.com/578213185>. Acesso em: 25 maio 2023.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima. **Minha casa minha vida, nosso crescimento**: onde fica a política habitacional?. Rio de Janeiro: IPEA, agosto 2013. 56 p.

LELIS, Natália. Ocupações urbanas: A poética territorial da política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 18, n. 3, p. 428-444, Set./Dez. 2016.

LIMA, Leila Maria Paiva Verona. **Política habitacional e Serviço Social: Perspectivas e Desafios**. Orientador: Davi Machado Perez. 2021. 72 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em serviço social) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, 2021.

MANCINI, Elvira Luiza Arantes Ribeiro. O percurso das políticas urbana e habitacional brasileiras e seus “novos” rumos. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 2, p. 35-43, Julho/Dezembro 2008.

MANOEL, Sálua Kairuz. **Fundação da casa popular (1946-1964)**: projeto frustrado de construção de uma política habitacional no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. . Acesso em: 02 maio 2023

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 16ª. ed. Boitempo, 2013. 894 p. v. 1.

MARGUTI, Bárbara Oliveira. Políticas de habitação. In: COSTA, Marco Aurélio; THADEU, Marcos; FAVARÃO, Cesar B. (org.). **A nova agenda urbana e o Brasil**:



insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: IPEA, 2018. cap. 8, p. 119-133.

MARSAL, Nathália. Conjunto de prédios inacabados em Campo Grande abriga 400 famílias em condições insalubres. **Extra**, Rio de Janeiro, 21 mar. 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/conjunto-de-predios-inacabados-em-campo-grand-e-abriga-400-familias-em-condicoes-insalubres-15661670.html>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MELO, Wanderson Fábio. Encontro estadual de história da ANPUH-SP, XXII, Santos - SP. **A ditadura, a questão da moradia e a modernização excludente**: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro da Habitação, 2014. 1-8 p.

MIZOGUCHI, Jessica Flores; LUSA, Mailiz Garibotti. II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. **A questão da moradia no capitalismo e as lutas sociais urbanas na experiência da lanceiros negros**: um desafio aberto para o serviço social. Teresina - PI, 2018

MOREIRA, Ruy. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. **GEOgraphia**, v. 3 n.5, p. 15-32, 21 de set. 2009.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 741 p.

NACIF, Cristina Lontra; ANTUNES, Gisele Teixeira. Centro funcional de Campo Grande no início do século XXI: centralidade renovada ou periférica?. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 105-123, jan./jun. 2010.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

O DIA. Comlurb fará limpeza das vias após implosão de condomínio em Campo Grande: Trabalho após demolição do Jambalaia terá início às 7h15, após a liberação da área pelos técnicos da Defesa Civil, com 40 garis e 12 fiscais e agentes de limpeza urbana. **O Dia**, Rio de Janeiro, p. web, 21 set. 2018. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/09/5577033-comlurb-fara-limpeza-das-vias-apos-implosao-de-condominio-em-campo-grande.html>. Acesso em: 22 ago. 2023.

O DIA. MPRJ obtém liminar determinando a desocupação do Conjunto Jambalaia, em Campo Grande: Desabrigados serão remanejados para local seguro e adequado e, se necessário, haverá pagamento de aluguel social. **O Dia**, Rio de Janeiro, p. web, 14 jul. 2018. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/07/5557973-mprj-obtem-liminar-determinan>

do-a-desocupacao-do-conjunto-jambalaia-em-campo-grande.html. Acesso em: 21 ago. 2023.

OLIVEIRA, Amanda Caroline de; ANDRADE, Sofia Vendramini. **MTST: A radicalidade na luta por moradia**. UNESP, 2017. 15 p.

OLIVEIRA, Lúcia de. Aspectos Geográficos da Zona do Rio da Prata. **Revista Brasileira de Geografia**, n.1, 1960. 140p.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e Saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, ed. 86, p. 51-66, 2016.

PRADO, Anita; HAIDAR, Diego. Moradores denunciam que milícia está loteando terreno de condomínio demolido em Campo Grande, na Zona Oeste do Rio: Terreno deveria abrigar prédios do programa federal Minha Casa Minha Vida. Área do condomínio Jambalaia foi tomada pela milícia, que planeja vender lotes, segundo moradores. **G1**, Rio de Janeiro, 30 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/30/moradores-denunciam-que-milicia-esta-loteando-terreno-de-condominio-demolido-em-campo-grande-na-zona-o-este-do-rio.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SABOYA, Renato. **O que é especulação imobiliária?**. Urbanidades, 21 set. 2008. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2008/09/21/o-que-e-especulacao-imobiliaria/>. Acesso em: 16 maio 2023.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3ª. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 136 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política habitacional brasileira, versos e reverso**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 401-417, Novembro 2015.

SILVA, Nivia Cláudia Katica Melo e. **Trajetórias das populações adultas em situação de rua na Zona Oeste em contexto de grandes eventos internacionais no Rio de Janeiro**. Orientador: Edson Miagusko. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

SOROSINI, Marcelo. Implodido, complexo Jambalaia, em Campo Grande, dará lugar a condomínio do 'Minha Casa Minha Vida'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 set. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/implodido-complexo-jambalaia-em-campo-grande-dara-lugar-condominio-do-minha-casa-minha-vida-23094287>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. Editora Contexto, 1 de Junho de 1988. 80 p.

TREINTA, Fernanda Tavares; FILHO, José Rodrigues Farias; SANT'ANNA, Annibal Parracho; RABELO, Lúcia Mathias. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, v. 24, n. 3, p. 508-520, Jul./Set. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Casos: Planejamento e Métodos**. São Paulo: Editora Bookman, 2005, 212p.